

Psicologia e Diversidade Sexual

O que significa pensar diversidade sexual como direito humano? O que tem a homofobia a ver com a prática do psicólogo? O Jornal do CRP-RJ ouviu psicólogos para tentar responder a essas e outras perguntas— páginas 3 a 15



Psicologia na luta pela democratização da Comunicação
- Pág. 17

O uso público de espaços públicos - Pág 17

Eventos do CRP-RJ discutem violência de Estado e Adoção - Pág. 18

CRP-RJ comemora o Dia do psicólogo - Pág. 20

“Amoladores de facas”

O que significa pensar diversidade sexual como direito humano? Como pensar Direitos Humanos para além de uma concepção vinculada à noção de tratados e convenções? O que significa pensar Direitos Humanos como práticas? Como pensar em práticas homofóbicas para falar de homofobia? E, enfim, o que tem a homofobia a ver com a nossa prática, de psicólogos?

Falamos de homofobia quando afirmamos que a cada três dias um homossexual é morto no Brasil por conta da sua condição homossexual ou, ainda, quando lembramos que existem 80 países que criminalizam a homossexualidade em suas leis penais – e, destes, sete ainda como questão de pena de morte. Homofobia entendida, assim, como genocídio.

Luis Antônio Baptista, em seu texto “A atriz, o padre e a psicanalista – os amoladores de facas”, nos diz: “o fio da faca que esquarteja, ou o tiro certo nos olhos, possui alguns aliados, agentes sem rostos que preparam o solo para esses sinistros atos. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, jornalistas, prefeitos, artistas, padres, psicanalistas, etc. Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva.” O que têm em comum, afinal, os amoladores de facas? “Apon-

tar o preconceito seria uma ingênua dedução, uma análise que justifica e alimenta os autoritários ‘pontos de vista’, os relativismos e a ênfase na boa ou má consciência. O autoritarismo dos ‘pontos de vista’ funda-se no esvaziamento da implicação coletiva e da construção histórica e sociopolítica do olhar e do outro. O preconceito remetido a uma questão pessoal esvazia suas tramas com o poder, sua eficácia política na manutenção e na desqualificação dos modos de existir. O que os amoladores de facas têm em comum é a presença camuflada do ato genocida. São genocidas, porque retiram da vida o sentido de experimentação e de criação coletiva”.

Por que trazer para uma discussão sobre o enfrentamento à homofobia o conceito de amoladores de facas? Porque, para além da questão da criminalização, está a pergunta: “onde estão essas práticas que amolam facas?”. E em que sentido a prática de amolar facas são práticas que vão de encontro a práticas de Direitos Humanos? Quem são os amoladores de facas? Em quais momentos amolamos facas?

Recorramos a Foucault: para além da questão da normalidade, por que é construído, em torno da sexualidade, um objeto de saber? Qual é o lugar do psicólogo na produção desses saberes que, aliados a exercícios de poder, produzem processos de subjetivação? Lembremos de João Cabral de Melo Neto, que em ‘Morte e Vida Severina’ nos pergunta: qual parte nos cabe nesse latifúndio?

Sistema Conselhos propõe alteração na Lei 5766/71

O Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais vêm trabalhando desde dezembro de 2007 para elaborar uma PL para alterar a Lei 5.766/71, que regulamenta o Sistema Conselhos de Psicologia. A proposta foi enviada à Casa Civil em setembro deste ano com algumas alterações fundamentais, mas outras poderão ser realizadas através de resoluções.

Para discutir a questão, o CRP-RJ criou um Grupo de Trabalho, que elaborou um quadro

comparativo com perguntas sobre as propostas. O GT convida todos os psicólogos a responderem ao questionário, disponível em www.crprj.org.br. No site, os psicólogos também podem ler a Cartilha da Mudança da Lei 5.766/71, que explica as propostas e as razões pelas quais o Sistema Conselhos as considera importantes.

O CRP-RJ realizará ainda um seminário sobre o tema no dia 27 de novembro de 2008 (veja mais detalhes na agenda).

Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP-RJ

Rua Delgado de Carvalho, 53 – Tijuca - CEP: 20260-280
Tel/Fax: (21) 2139 5400 - E-mail: crprj@crprj.org.br
site: www.crprj.org.br

Diretoria Executiva:

José Novaes – presidente - CRP 05/980
Eliaana Olinda Alves - vice-presidente - CRP 05/24612
Marília Álvares Lessa – tesoureira - CRP 05/1773
Maria da Conceição Nascimento – secretária - CRP 05/26929

Membros Efetivos:

Ana Carla Souza Silveira da Silva - CRP 05/18427
Eliaana Olinda Alves - CRP 05/24612
Francisca de Assis Rocha Alves - CRP 05/18453
Janaina Barros Fernandes - CRP 05/26927
José Henrique Lobato Vianna - CRP 05/18767
Lindomar Expedito Silva Darós - CRP 05/20112
Luiz Fernando Monteiro P. Bravo - CRP 05/2346
Lygia Santa Maria Ayres - CRP 05/1832
Maria da Conceição Nascimento - CRP 05/26929
Noeli de Almeida Godoy de Oliveira - CRP 05/24995
Pedro Paulo G. de Bicalho – CRP 05/26077
Suyanna Linhares Barker - CRP 05/27041
Wilma Fernandes Mascarenhas - CRP 05/27822

Membros Suplentes:

Alessandra Daflon dos Santos - CRP 05/26697
Ana Lúcia de Lemos Furtado - CRP 05/0465
Ana Maria Marques Santos - CRP 05/18966
Elizabeth Pereira Paiva - CRP 05/4116
Érika Piedade da Silva Santos - CRP 05/20319
Fernanda Brant Gabry Stellet - CRP 05/29217
Luciléia Pereira - CRP 05/29453
Márcia Ferreira Amêndola - CRP 05/24729
Maria Márcia Badaró Bandeira - CRP 05/2027
Rosilene Souza Gomes de Cerqueira - CRP 05/10564
Samira Younes Ibrahim - CRP 05/7923
Vanda Vasconcelos Moreira - CRP 05/6065
Vivian de Almeida Fraga - CRP 05/30376

Comissão de Comunicação Social:

Alessandra Daflon dos Santos
Eliaana Olinda Alves
José Novaes
Marília Álvares Lessa
Noeli de Almeida Godoy de Oliveira

Colaboradora:

Fabiana Castelo Valadares - CRP 05/28553

Jornalista Responsável

Marcelo Cajueiro - MTb 15963/97/79

Projeto Gráfico

Octavio Rangel

Redação

Bárbara Skaba (jornalista)
Felipe Simões (estagiário)

Produção Editorial

Diagrama Comunicações Ltda.
(21) 2232-3866 / 3852-6820

Impressão

Editora EDIOURO

Tiragem / Periodicidade

30.000 exemplares / Bimestral

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do CRP-RJ.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Filiado à União Latino Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI)

Cartas para o Jornal do CRP-RJ devem ser enviadas para a sede do Conselho ou para o e-mail ascom@crprj.org.br

Psicologia e diversidade sexual

No último dia 31 de agosto, a travesti Cinara foi encontrada morta no Piauí. Ela estava nua e havia recebido facadas por todo o corpo. Ela também apresentava sinais de violência sexual e espancamento. Em 28 de setembro, após dois anos de ameaças, o presidente da Associação Amazônica de Gays, Lésbicas e Transgêneros (AAGLT), Adamor Guedes, foi assassinado em Manaus.

A esses nomes, somam-se ainda muitos outros: o do adestrador de cães Edson, que morreu em São Paulo depois de ter sido espancado por uma gangue de *skin-heads*; o economista Leonardo, atingido por 42 facadas; a travesti Priscila, que, além de receber diversos tiros, teve seus olhos arrancados, em Maceió; o travesti Paulo, morto com 20 balas de pistola no Rio; e muitos outros.

Os casos apresentados, apesar de representarem uma ínfima parte da violência praticada contra homossexuais no Brasil, já permitem perceber a dimensão atual da homofobia. Segundo a pesquisa “Política, Direitos, Violência e Homossexualidade”, realizada pelo Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT e pelas universidades Cândido Mendes e UERJ, a cada dois dias um homossexual é assassinado, atualmente, no Brasil. Além disso, cerca de 70% dos homossexuais entrevistados já sofreram algum tipo de violência devido à sua orientação sexual.

Nesse contexto, perguntamos: qual o papel da Psicologia no enfrentamento à homofobia e na promoção de uma cidadania independente de orientação sexual? Para tentar responder a essa pergunta, ouvimos seis psicólogos que discutem e pensam a ques-

tão da diversidade sexual em suas práticas profissionais.

Apesar de discordarem quanto ao aumento ou não da tolerância nos últimos anos, todos os en-

quanto, difere de aceitação. Neste sentido, fatores como religião e local de moradia influenciam na possibilidade de aceitação da diversidade sexual”, afirmam Isadora Severo Garcia (CRP 05/28520) e Marcos Antonio Ferreira do Nascimento (CRP 05/23163), psicólogos do Instituto Promundo.

Roberto Pereira (CRP 05/16524), psicólogo do Centro de Educação Sexual (CEDUS) e representante da ONG Aids-RJ, possui uma posição semelhante. “Não dá para negar que se avançou bastante, mas não podemos nos iludir que a situação esteja sob controle. Ainda é muito grande o número de assassinatos e outros tipos de violência, das mais sutis até a física, contra pessoas de orientação sexual fora do padrão tido como ‘normal’. O papel da família, que deveria ser de acolhimento e suporte, infelizmente ainda tem sido de exclusão. Quando falo de exclusão, não me refiro unicamente ao seu sentido estrito, mas também aos seus aspectos mais sutis, mas nem por isso, menos dolorosos”.

Marcelo Santana Ferreira (CRP 05/20582), professor do Departamento de Psicologia da UFF, por outro lado, mostra-se pessimista. “Contemporaneamente, até se fala muito em uma maior aceitação, mas uma aceitação baseada na submissão a determinados modelos preestabelecidos: o modelo do consumismo, da juventude. A grande questão, no

entanto, é sobreviver a esses estereótipos, possibilitar que um conjunto maior de diversidades possa ser compreendido”.

(continua na próxima página)



trevistados apontam que a homofobia está longe de ser dissipada na nossa sociedade. “Percebemos que há uma maior tolerância na sociedade atual com relação à diversidade sexual. Tolerância, no

(continuação da página anterior)

Já o psicólogo, conselheiro do CRP-RJ e professor do Instituto de Psicologia da UFRJ Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP 05/26077) coloca em questão a própria necessidade de aceitação. “A questão não é aceitar ou não aceitar. Ninguém pergunta a orientação sexual dos cidadãos no momento da declaração do Imposto de Renda, por exemplo. Portanto, não há a questão de aceitar ou não suas contribuições tributárias. É preciso tratar com isonomia outras questões. Se são cidadãos em seus deveres, devem ser da mesma forma com seus direitos, sem distinções”.

O psicólogo e pesquisador Alexandre Nabor Mathias de França (CRP05/32345), colaborador do Grupo de Trabalho Psicologia e Diversidade Sexual do CRP-RJ, também não fala em aceitação, mas tolerância. “Tenho observado que a tolerância está um pouco maior. Entre adolescentes, por exemplo, a questão sobre orientação sexual não é tão assustadora como há vinte anos”. Ele ressalta, no entanto, que ainda há muitos mecanismos de reprodução do preconceito. “A mídia é um dos grandes contribuintes para o crescimento da desinformação e de mitos que foram criados ao longo dos anos em relação à homossexualidade, tais como ‘todo gay é frágil, efeminado e inseguro’, ‘toda lésbica é masculina’, ‘toda travesti é prostituta’, assim por diante. Cada estereótipo criado na mídia, tais como são veiculados nos programas humorísticos e novelas, é mais um ser humano que é desrespeitado em sua singularidade”.

Marcelo Santana também problematiza o papel da mídia. “As mídias mais hegemônicas pode-

riam contribuir para a expressão de outras formas de relação com o desejo, outros modos de ser, não apenas os caricaturais. Existem mil outras formas de ser homossexual que não estão visíveis na mídia. A questão é que essa imagem que se vende não é a imagem que corresponde à experiência em sua integridade”, declara o professor. É no que também acredita Pedro Paulo: “O estereótipo, seja ele qual for, só ajuda a manter concepções generalizantes e distantes da singularidade que atravessa existências e que propiciam a diversidade e a pluralidade”.

Inserida nesse contexto social, a família - que, para os psicólogos, possui um papel importante na apropriação de homossexuais que estão entrando em contato com sua sexualidade - pode acabar se transformando em mais um mecanismo excludente. Para Marcelo, “a família tem um papel crucial de dialogar sobre dificuldade que temos em aceitar a diferença e a diversidade”. “Mesmo com a suposta crise da família brasileira na sociedade contemporânea, ela ainda é uma instituição muito importante, muito subsidiadora do modo como as pessoas se constituem”, completa.

“A família pode ser ao mesmo tempo uma fonte de conflito ou de suporte. Muitas vezes, o preconceito começa na própria família. Outras vezes, quando ela compreende, acolhe e aceita, pode ser um apoio fundamental para lidar com os preconceitos em outros contextos da vida”, destacam Isadora e Marcos.

Pedro Paulo ressalta o sofrimento causado por essa discriminação. “O preconceito faz sofrer. E nenhum ser humano precisa sofrer desnecessariamente. A sexualidade, enquanto um critério que nos define, emerge de um processo histórico marcado por relações de saber-poder. A pergunta que se faz é: por que o modo como nos relacionamos (ou não nos relacionamos) sexualmente serve para dizer algo sobre nós?”.

Alexandre França chama a atenção, ainda, para o preconceito. “O preconceito é uma ação tão tênue que, às vezes, nem percebemos que o temos. Ele está construído na cultura, mas pode ser transformado em algo a ser refletido e dialogado. A partir do momento em que falamos de

“A questão não é aceitar ou não aceitar. Ninguém pergunta a orientação sexual dos cidadãos no momento da

Imposto de Renda. Se são cidadãos em seus deveres, devem ser da mesma forma em seus direitos, sem distinções.”

Pedro Paulo Bicalho



nossos ‘pré-conceitos’, passamos a desconstruí-lo para moldar novos conceitos. É a desconstrução para uma nova construção. O mais importante é saber o que se faz com o preconceito, para que ele não se enraíze e se transforme em um ato homofóbico”.

O papel da Psicologia

Mas de que forma essa reflexão e esse diálogo apontados por Alexandre podem ser construídos na nossa sociedade? Os profissionais entrevistados acreditam que um dos caminhos é através da Psicologia. A primeira questão apontada por eles é o seu papel social, ou seja, a contribuição para o enfrentamento ao preconceito na sua expressão coletiva, não individual.

“A Psicologia, como saber e prática, tem papel importante, na medida em que pode garantir a legitimidade de um desejo – homossexual – não como desvio ou patologia, mas sim como uma expressão da diversidade humana”, dizem Isadora e Marcos. “A Psicologia deve contribuir para uma reflexão sobre as diferentes formas de expressão da sexualidade humana, desconstruindo estereótipos, preconceitos e um discurso de homogeneização dos homossexuais”.

De acordo com Pedro Paulo, outra discussão que pode ser levantada pela Psicologia é a problematização do que se entende por homofobia. “Não entendemos que homofobia seja restrita a violências físicas, que podem ser coibidas por uma lei que criminaliza tais práticas. Homo-



“O preconceito é uma ação tão tênue que, às vezes, nem percebemos que o temos. Ele está construído na cultura, mas pode ser transformado

em algo a ser refletido e dialogado.”

Alexandre França

fobia também são discursos e omissões. Homofobia também é uma questão institucional. Temos há quase 10 anos uma resolução que deixa claro que nenhum psicólogo pode, publicamente, se pronunciar preconceituosamente. Como também não podemos, por métodos e técnicas psicológicas, tentar curar aquilo que a Psicologia brasileira afirma não ser patologia, perversão ou desvio”.

Para Marcelo Santana, “a Psicologia tem muito a contribuir devido à sua inserção privilegiada na sociedade contemporânea. A Psicologia pode fazer alianças com os movimentos sociais e dialogar com as pessoas que trabalham no campo da Educação. Além disso, nós, psicólogos que trabalhamos com essas questões, devemos politizar mais a homofobia, garantir que as pessoas não sofram tanto por conta disso. Por que é preciso tanto sofrimento em relação ao fato de a pessoa ter um desejo e práticas sexuais diferentes da maioria?”.

Roberto Pereira também acredita que “a Psicologia pode contribuir de forma significativa na desconstrução de mitos, tabus e padrões estereotipados” na sociedade, mas destaca também o pa-

pel dos psicólogos na clínica. “No âmbito do consultório, a Psicologia pode ser uma poderosa ferramenta no sentido de ajudar pessoas em crise, em processo de inadequação social, ou até mesmo em processo de desvelamento da sua identidade, oferecendo suporte para o fortalecimento desses indivíduos”, esclarece.

Ele coloca que, no geral, estudos apontam três momentos críticos na auto-descoberta da homossexualidade: “O primeiro é quando o indivíduo se percebe diferente do que a sociedade e a família esperam dele; o segundo, quando ele decide investigar essa atração e procura alguém para dividir suas angústias; finalmente, quando ele decide assumir sua identidade. Cabe ao psicólogo, quando a situação assim o exigir, ajudar pessoas e grupos nesse processo de auto-descoberta”.

Posição semelhante é adotada por Alexandre França. “A Psicologia se coloca como apoio fundamental às pessoas que se encontram vulneráveis psicossocialmente. Em 2007, pude desenvolver no Grupo Diversidade Niterói (GDN), um grupo de apoio psicológico, que já existia na instituição. Através do método da contextualização e

A grande questão é sobreviver a esses estereótipos, possibilitar que um conjunto maior de diversidades possa ser compreendido.”
Marcelo Santana



instigação, desenvolvi a ‘desconstrução’ de determinados depoimentos preconceituosos, legitimados pelo discurso da moral e dos bons costumes, tidos como ‘normais’. Muitos dos participantes sofriam discriminações diariamente, mas não conseguiam ver que havia direitos legais que os favorecessem. O discurso é uma ferramenta fundamental para o profissional de Psicologia enfrentar o preconceito e a discriminação, dando, assim, suporte a pessoas que se encontram caladas e vulneráveis”.

Pedro Paulo questiona a colocação da homossexualidade como fator negativo na formação psicológica do sujeito. Ele exemplifica com os re-

(continua na próxima página)

Resolução 001/99: pela defesa da livre orientação sexual

Desde 1999, o Conselho Federal de Psicologia se tornou o primeiro conselho profissional a publicar uma norma em defesa da livre orientação sexual. A Resolução 001/99, que regulamenta a prática do psicólogo na questão da diversidade sexual, proíbe qualquer patologização da homossexualidade por parte dos psicólogos.

O CFP entende que a orientação sexual é uma expressão da subjetividade humana e, por essa razão, não pode ser tratada como doença nem ser “curada”.

Veja o que diz a Resolução:

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão notadamente

aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade.

Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

Art. 3º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único - Os psicólogos não colabo-

rarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

Art. 4º - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de março de 1999.

ANA MERCÊS BAHIA BOCK
Conselheira Presidente

(continuação da página anterior)

sultados da pesquisa “Psicologia e criminalização da sexualidade: impactos da resolução CFP 001/99”, coordenada por ele na UFRJ, que entrevistou cerca de 100 homossexuais. “Mais de 60% dos entrevistados, em algum momento de sua vida, foram encaminhados a psicólogos quando o assunto em pauta era a sexualidade de LGBTs. Entre os que se declaravam heterossexuais, no entanto, ninguém foi encaminhado ao psicólogo por conta de sua ‘heterossexualidade’. É preciso, portanto, discutirmos amplamente o que isso significa e, principalmente, o que nós psicólogos temos feito com essas demandas que são endereçadas a nós”.

Ainda no contexto da clínica, os profissionais destacam a importância e, ao mesmo tempo, a necessidade de reflexão acerca da Resolução 001/99 do Conselho Federal de Psicologia, que determina que psicólogos não podem tratar a homossexualidade como doença (veja mais no box da página 5). “Entendemos que o CFP dá suporte aos psicólogos e também à sociedade, ao tornar pública esta resolução, para o entendimento da diversidade sexual não como uma doença, distúrbio ou perversão, ou seja, um ‘problema’ a ser tratado, mas como uma forma de expressão da diversidade humana que deve ser respeitada, compreendida e acolhida”, colocam Isadora Garcia e Marcos Nascimento.

Marcelo Santana concorda com essa idéia, pois acredita que “isso ser colocado em evidência é sem-

pre melhor do que cada profissional tomar uma medida simplesmente limitada por seus valores”. Por outro lado, no entanto, o professor reflete sobre a necessidade de uma resolução para determinar uma prática que já deveria ser realizada pelos psicólogos. “O que nós temos feito há tanto tempo em relação a uma questão tão séria? Ela diz respeito ao modo como as pessoas se relacionam com seu desejo, com seu prazer. Por que deveríamos ser gestores disso? Não devemos estar nessa posição”.

Roberto Pereira também problematiza a Resolução do CFP, que, para ele, não deveria ser necessária, mas ainda é. “O CFP tem tido um papel fundamental desde a publicação da Resolução contra qualquer tentativa de patologização por parte dos psicólogos com relação à orientação sexual. Não raro, vemos ainda companheiros(as) nossos(as) envolvidos em ‘cruzadas pela cura da homossexualidade’”.

Segundo Alexandre França, outro aspecto importante da Resolução é ser um instrumento para o psicólogo respaldar suas decisões éticas. “A Resolução 001/99 foi criada pelo CFP devido à demanda a alguns profissionais da Psicologia de proporem tratamento para homossexuais com a finalidade de ‘cura’. A resolução dá ao psicólogo o respaldo de que a homossexualidade não deve ser vista como algo patológico. Penso na importância da resolução na legitimidade do direito sexual individual”.

Além do aspecto social e do clínico, um terceiro ponto destacado pelos entrevistados sobre o papel da Psicologia no combate à homofobia é sua atuação nas universidades, ou seja, na formação de novos profissionais e nas pesquisas acerca da diversidade sexual. “A formação dos psicólogos ainda carece de espaço para esta temática. No entanto, já encontramos pesquisas em nível de graduação, mestrado e doutorado, que vêm discutindo sobre Psicologia, diversidade sexual e homofobia”, afirmam Isadora e Marcos.

“Acho importante que o profissional da Psicologia problematize seus próprios valores, principalmente na formação dos futuros profissionais. O profissional que não reflete, que não se alia aos



“A Psicologia, como saber e prática, tem papel importante, na medida em que pode garantir a legitimidade de um desejo – homossexual – não como desvio ou patologia, mas sim como uma expressão da diversidade humana”,

Marcos Nascimento e Isadora Garcia

movimentos que têm se configurado em torno dessas questões, não vai ser um bom formador”, acrescenta Marcelo.

Segundo Pedro Paulo, a universidade tem avançado em relação às pesquisas na área. “Cada vez mais temos transversalizado nossos conteúdos programáticos com discussões em torno do tema. Cada vez mais temos produzido pesquisas e projetos de extensão, além de eventos marcados pela transdisciplinaridade. Não defendo a existência de disciplinas específicas, mas da possibilidade de este tema atravessar outros conteúdos”.

Alexandre França, por sua vez, resume outras formas de contribuição do psicólogo. “Há vários trabalhos que podem ser desenvolvidos pelo psicólogo: na clínica, dando apoio psicológico para as pessoas que precisem de encorajamento para decidir suas escolhas; nas ONGs, propondo trabalhos de grupo e abrindo espaço para que pessoas possam colocar suas experiências de vida com outras diferentes das suas; nas empresas, levando a discussão sobre a homossexualidade na tentativa de mostrar que a mesma é uma variação do comportamento sexual humano e não um obstáculo potencial; ou em todas as áreas psicológicas, tentando instigar a potencialidades destas pessoas que estão sofrendo, tentando diminuir o medo e a insegurança que a violência pode ocasionar”.

As entrevistas feitas para esta matéria estão disponíveis na íntegra em www.crprj.org.br



“A Psicologia pode ser uma poderosa ferramenta no sentido de ajudar pessoas em crise, em processo de inadequação social, ou até mesmo em

processo de desvelamento da sua identidade, oferecendo suporte para o fortalecimento desses indivíduos.”

Roberto Pereira

Entrevista com Maria Berenice Dias

Direito nas relações homoafetivas

Em um casamento, se uma das partes morre sem deixar outro parente, ninguém contesta que a herança será recebida pelo marido ou esposa. Recentemente, no entanto, um caso em Porto Alegre (RS) chamou a atenção. Um homem morreu nessas circunstâncias, após um relacionamento de 47 anos, e o Município entrou na Justiça requerendo a herança. A diferença? Seu relacionamento era com outro homem, que lutou por seus direitos. No fim do processo, houve um empate e a situação foi decidida favoravelmente ao companheiro pelo voto de minerva do vice-presidente.

A decisão poderia ter sido diferente se o homem não tivesse sido defendido por Maria Berenice Dias, especializada em Direito Homoafetivo, Direito de Família e Sucessões. “Como se pode dizer que 47 anos não foram nada?”, declara a advogada, resumindo sua indignação com situações como essa.

Atualmente com um vasto currículo (indicada ao Prêmio Nobel da Paz em 2005, autora de vários livros sobre Direito de Família, mestre em Processo Civil pela PUC-RS, membro efetivo do Instituto dos Advogados do RS, diretora jurídica da Academia Literária Feminina do RS, professora da Escola Superior da Magistratura, vice-presidente nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família, entre outras titulações), Maria Berenice, que foi a primeira mulher a entrar na magistratura do Rio Grande do Sul, se aposentou do cargo de desembargadora para se dedicar a defender quem não tem direitos assegurados pela legislação brasileira.

Dona do único escritório do Brasil especializado em Direito Homoafetivo, ela conversou com o Jornal do CRP-RJ sobre as dificuldades e os avanços nessa área.

Como a senhora começou a trabalhar com Direito Homoafetivo?

Eu fui a primeira mulher a entrar na magistratura do Rio Grande do Sul e vi quanto dói a discriminação. Comecei, então, a trabalhar com a

discriminação em relação à mulher, no Direito de Família, mas vi que havia também outros “guetos” discriminados, como pessoas com AIDS, portadores de necessidades especiais e idosos.

No caso dos homossexuais, fiquei muito assustada em ver que eles estavam alijados do Direito de Família. Foi quando comecei a reivindicar que fossem inseridos como uma unidade familiar. Eles estavam condenados a uma invisibilidade muito perversa, como se não tivessem direito ao afeto.



Quais são as maiores dificuldades enfrentadas nesse campo do Direito?

A maior é o preconceito, indiscutivelmente. Vivemos numa sociedade muito preconceituosa, com uma idéia muito sacralizada da família como homem, mulher e filhos. O Legislador também tem muita dificuldade de se manifestar a respeito. Esse segmento é alvo de muita exclusão e as pessoas parecem ter medo de serem “rotuladas de homossexuais”. E há também o medo de desagradar o eleitorado. Fica um círculo vicioso: não há lei porque o legislador não consegue aprovar e, se não tem lei, como vamos aplicar e reconhecer direitos?

Existem leis hoje no Brasil destinadas diretamente a direitos nas relações homoafetivas?

Há projetos de leis tramitando há muito tempo, mas não conseguem ser aprovados. A lei Maria da Penha, de combate à violência sexual, traz a

única referência legal sobre isso, pois diz que se aplica independentemente de orientação sexual. Como vale para violência doméstica, na família, a legislação acabou reconhecendo que as uniões homossexuais são uma entidade familiar.

Não havendo leis específicas, de que forma os homossexuais podem conseguir esses direitos na Justiça?

Alguns avanços vão sendo obtidos no âmbito do Poder Judiciário. Daí a importância de lutar na Justiça por esses direitos. Foi o motivo que me levou a me aposentar da magistratura. Eu pensei: “é preciso entrar com ações”. E, para entrar com ações, é preciso estar muito capacitada, tem que se erguer, não pode se deixar discriminar.

Ainda há um número pequeno de ações. As pessoas têm dificuldade de se expor e não sabem que advogado procurar.

Que leis a senhora usa em casos mais específicos, como herança ou guarda de filhos?

Nesses casos, entra o princípio do melhor interesse da criança, que é o que rege o Estatuto da Criança e do Adolescente. A criança tem o direito à convivência familiar, que é com seus pais, ainda que sejam do mesmo sexo.

Quanto ao casal, é uma união estável, independentemente de sexo das pessoas, então, aplica-se toda a legislação de União Estável. Nada justifica haver discriminação. Esses casais têm o mesmo direito.

A senhora acredita que o reconhecimento do casamento entre homossexuais pode ser uma realidade em um futuro próximo?

A questão é que há uma idéia muito sacralizada de casamento, mas, na verdade, ele é um contrato. Não há nenhum motivo pelo qual homossexuais não possam se casar. A procriação não é um elemento configurador. Se fosse, antes de casar, a pessoa teria que provar que é fértil e assumir um compromisso de que vai ter filhos.

Criminalização da homofobia em debate

Desde 2001, tramita no Congresso Nacional um Projeto de Lei que propõe a criminalização da homofobia. O projeto pretende incluir a discriminação de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero como crime na Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que já define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. O Projeto de Lei 5003/2001 foi aprovado na Câmara dos Deputados em 2006, quando foi transformado em Projeto de Lei da Câmara (PLC 122/2006). Desde então, tramita no Senado Federal para aprovação.

As posições dentro dos movimentos LGBT quanto à criminalização da homofobia, no entanto, não são unânimes. O grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual, organizador da Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro, levantou, na 13ª Parada, no último dia 12 de outubro, a bandeira da “Criminalização Já” e lançou o site www.naohomofobia.com.br, que visa a arrecadar assinaturas em favor da lei. Por outro lado, grupos ligados a associações de Direitos Humanos, como o Projeto Legal, que executa um Centro de Referência de Enfrentamento à Homofobia, conveniado ao programa Brasil Sem Homofobia, do governo federal, questionam se a criminalização é a melhor forma de combate a uma realidade histórica e social.

Para entender os diversos argumentos sobre o tema e dar visibilidade a esse debate, o Jornal do CRP-RJ ouviu Cláudio Nascimento, membro do Grupo Arco-Íris, coordenador geral da 13ª Parada do Orgulho LGBT do Rio e superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do RJ (SEAS.DH), e Paula Smith Peixoto (CRP 05/34667), psicóloga e coordenadora do Centro de Referência de Enfrentamento à Homofobia da Organização de Direitos Humanos Projeto Legal e estudante do curso de especialização em Psicologia Jurídica pela UERJ.

Cláudio explicou que a proposta da lei é equiparar os direitos dos cidadãos. “Os homossexuais ainda são tratados como cidadãos de segunda classe no Brasil e há uma situação de impunidade muito

grande quando se trata de violência contra homossexuais”, afirmou. “O que nós queremos, basicamente, é a equiparação do crime de homofobia ao crime de racismo e de intolerância religiosa. É preciso uma resposta clara dos poderes constituídos de que a homofobia é um horror, uma chaga, algo que precisa ser repudiado e recriminado”.

Paula concorda com a necessidade de repúdio à homofobia, mas questiona o caminho da criminalização. “O Brasil é um dos países que mais prendem, ou seja, acho que não podemos falar em impunidade, mas sim em uma seletividade do sistema penal. Se você coloca o sujeito na cadeia, ele vai deixar de ser homofóbico?”.

A psicóloga acredita que devem ser demandadas do Estado outras formas de enfrentamento à homofobia. “É preciso buscar que o Estado organize ações no sentido de promover a cidadania homossexual, mas não pela via punitiva”, declarou. “Podemos, inclusive, cobrar leis, mas que sejam leis sociais, não punitivas. Alguns exemplos são leis que promovam semanas de diversidade, museus, incentivo a publicações que esclareçam a população. Porque o preconceito vem muito da desinformação”.

Cláudio concorda que a criminalização não é suficiente e também vê a necessidade de políticas públicas que promovam a cidadania LGBT, mas acredita que a lei pode abrir caminho para essas outras ações. “A lei não vai mudar uma realidade de homofobia e intolerância de uma hora para a outra. Mas ela vem dizer que o Estado brasileiro reconhece a comunidade LGBT como parte de seus cidadãos e que vai mobilizar esforços para protegê-la. A lei também fornece um instrumento poderoso a pessoas que hoje já denunciam casos de discriminação”.

O militante aponta ainda outras estratégias que devem estar vinculadas à lei: “São necessárias campanhas informativas contra a homofobia, ampliação das redes de proteção social, políticas públi-

cas e serviços na área de Saúde, Direitos Humanos e Segurança Pública, que possam dar conta de atender à demanda de homossexuais vítimas da homofobia”.

Paula, por outro lado, não vê a lei como forma de abrir portas, mas sim de individualizar a questão. “Se criarmos uma lei contra a homofobia, daqui a pouco vamos demandar delegacias especializadas. Assim, é criado um mundo específico para o gay. Você vai cada vez mais compartimentando a sociedade”.

Além disso, a psicóloga acredita que a legislação, no máximo, pode mudar a forma de manifestação do preconceito, como teria acontecido no caso do racismo. “Mesmo com a Lei do Racismo, o país não deixou de ser racista. Ele pode ter mudado sua maneira de manifestar. O mesmo serve para uma lei que venha punir atos homofóbicos. Quais atos essa lei vai ser capaz de alcançar e quais ela não vai classificar como homofóbicos?”, explicou.

Citando uma pesquisa desenvolvida por Sérgio Carrara e Adriana Viana, que analisaram sentenças de casos de violência contra homossexuais, ela exemplifica: “Mesmo nos casos em que o juiz aplicava uma punição à agressão, não significava que esse juiz não era homofóbico, mas ele, de certa maneira, mantinha valores que norteiam a intolerância”. O juiz, o advogado, todas as pessoas envolvidas no processo, se preocupavam em registrar no processo que esse sujeito agredido era vítima das suas paixões, das suas perversões, que ele levava para o seu apartamento pessoas loucas, que podiam matar. A punição existia, mas isso muda a mentalidade das pessoas?”.

Cláudio, no entanto, defende que a sociedade vem mudando sua forma de pensar e que a criminalização da homofobia poderia contribuir para essa transformação. “A última pesquisa do Data Senado, de junho passado, apontou que 70% das pessoas entrevistadas no Brasil apóiam a lei de criminalização da homofobia, resultado que, talvez, há uma década, fosse o contrário. Então, as coisas vêm mudando, mas é preciso que essa mudança se reflita em dispositivos legais,



como as leis de criminalização da homofobia, do reconhecimento da união civil de pessoas do mesmo sexo, de mudança de nome de travestis e transexuais”.

Paula destaca que, entre os projetos para as leis citadas por Cláudio, o da criminalização da homofobia é o mais avançado no Congresso, o que é usado como argumento para defendê-lo. Mas a psicóloga questiona essa forma de dar visibilidade ao movimento LGBT. “Fala-se muito que, com esse projeto, ‘estamos fazendo História’. Mas eu pergunto: qual é a história que queremos construir? Sim, esse é o projeto que mais andou, mas olha o que ele pede!”.

A psicóloga acredita que o movimento LGBT poderia repensar sua forma de ação e priorizar outras demandas. “Não é a toa que esse projeto da criminalização tem força. Ele coincide com o Estado neoliberal, que demanda cada vez mais o sistema punitivo. O debate para construir uma cidadania homossexual precisa ser muito amplia-

do, ir muito além do Sistema Penal. Outras bandeiras poderiam ser levantadas, como a da adoção por casais homossexuais ou a união civil, que estariam mexendo num dos pilares do Estado, que é a família”.

Para Cláudio, por outro lado, a lei de criminalização é importante para acabar com posturas homofóbicas de grupos que tentam impor visões preconceituosas a toda a sociedade. “Há uma idéia de que é natural ofender, bater, matar homossexuais. E ainda mais, de que a apuração dos crimes não chega a lugar nenhum, de que ninguém vai dar importância. Há também uma visão – em minha opinião, autoritária e, muitas vezes, fascista – de que essas pessoas estão prestando um serviço à população ao tirar os homossexuais do convívio da sociedade”.

Segundo o militante, essa visão vem de setores conservadores da sociedade, que tentam barrar o projeto de lei alegando que ele ofende a liberdade de expressão. “O projeto deixa bem claro que li-

berdade de opinião e expressão foi uma grande conquista da sociedade brasileira que nós defendemos radicalmente. Porém, não se pode confundir liberdade de opinião com incitação à violência e discriminação. Também é preciso deixar claro que não queremos criar uma nova casta, uma ‘ditadura gay’, ou ter direitos privilegiados, como alguns grupos dizem”.

Ambos os entrevistados concordam, no entanto, que o debate em torno da criminalização deve ser ampliado. “O debate sobre a criminalização e sobre a homofobia acaba acontecendo um pouco entre muros, do movimento para o movimento”, afirmou Paula. Para Cláudio, “há pouco espaço na mídia para debater o assunto. Alguns programas de televisão já vêm participando, mas a maior parte deles ou é para gerar um embate entre nós e os evangélicos - mais para aumentar a audiência do que para gerar um debate rico - ou são programas evangélicos que falam da lei sem dar direito de a comunidade (LGBT) se colocar”.

CRP-RJ cria GT Psicologia e Diversidade Sexual

Em consonância com o foco do XII Plenário dos Direitos Humanos, o CRP-RJ constituiu em 2008 o Grupo de Trabalho Psicologia e Diversidade Sexual, que trabalha a partir da diretriz de que “Nenhuma forma de violência vale a pena”.

No dia 15 de outubro, o GT organizou duas atividades na sede do Conselho: o I Encontro Nacional dos GTs de Psicologia e Diversidade Sexual do Sistema Conselhos e o Seminário Psicologia, Diversidade Sexual e Combate à Homofobia.

No Encontro, foram discutidas as diretrizes a

serem adotadas pelo Sistema Conselhos no que diz respeito à diversidade sexual, como produção de referências para a prática do psicólogo no processo transexualizador, a interferência do fundamentalismo religioso na prática psicológica, adoção e homoparentalidade, homoconjugalidade, sexualidade como critério em testagem psicológica, políticas públicas intersetoriais e transversais para população LGBT, relações entre diversidade sexual, psicologia e educação.

O Seminário teve participação dos conselheiros Lindomar Expedito Darós e Pedro Paulo Bicalho, do superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da SEAS.DH, Cláudio Nascimento, da coordenadora da Projeto Laços e Acasos – Mulheres, Lésbicas e Bissexuais do Grupo Arco-Íris, Joana Schroeder, e do membro do GT Luan Cassal.

O GT também foi responsável por diversas outras ações: participação da comissão organizadora das Conferências Regional e Estadual de Políticas Públicas



Seminário Psicologia, Diversidade Sexual e Combate à Homofobia



Participação do CRP-RJ na 13ª Parada do Orgulho LGBT

para LGBT, ocorridas na UERJ; fala de abertura e distribuição de material informativo sobre a Resolução 001/99 do CFP na XIII Parada do Orgulho LGBT do RJ; participação em mesas de discussão nos eventos que antecederam a Parada de São Paulo (no CRP-SP), no Seminário Internacional Fazendo Gênero (UFSC, Florianópolis), no Encontro da ABEH (USP, São Paulo), no II Fórum Internacional de Saúde Coletiva, Saúde Mental e Direitos Humanos (UERJ) e na III Semana da Diversidade Sexual (UFRJ).

Cultura LGBT: uma realidade no Brasil

Um dos possíveis meios de enfrentamento ao preconceito é a cultura. Essa realidade já foi constatada por vários movimentos sociais, que percebem que filmes, livros, programas de televisão e outras mídias podem ser elementos de conscientização para a diversidade. Destaca-se que o debate referente ao modo como os meios de comunicação apresentam a temática LGBT pode reforçar estereótipos e preconceitos, mas, também, pode constituir-se em um meio privilegiado para produzir rupturas com tais estigmas e preconceitos.

O jornalista Diego Castro, colaborador do portal Mix Brasil, o maior portal gay da América Latina, e responsável pelo Festival Mix Brasil, voltado para exibição de filmes de temática LGBT, conversou com o Jornal do CRP-RJ sobre o preconceito dentro dos veículos de comunicação e sobre a falta de visibilidade da cultura homossexual no Brasil.

O principal ponto destacado pelo jornalista é a importância de filmes, livros e outros produtos culturais na formação dos jovens. “O ‘bullying’, que é a perseguição sofrida por diversas crianças e adolescentes por parte de outras nas escolas, também se aplica ao jovem gay: é o ‘bullying’ por preconceito em relação à sexualidade. O garoto que é perseguido, sofre deboches, é humilhado e espancado pelos colegas na escola por demonstrar inclinação gay, vai muitas vezes crescer se sentindo inferior, sentindo vergonha”, explica.

Segundo Diego, é aí que en-



tra a importância da cultura. “A cultura tem parte fundamental na conscientização, na auto-aceitação e na saída do armário. Eis porque teríamos que ter cada vez mais livros nas prateleiras, filmes no cinema, séries na TV e DVDs nas lojas e locadoras sobre o tema”. Ele cita como exemplos o filme “Another Gay Movie” (uma comédia no estilo de “American Pie”, sobre adolescentes tendo sua “primeira vez”, mas em versão gay) e a série de televisão “Queer

As Folk”, na qual, em um dos episódios, o personagem Emmett afirma: “Deus ama você exatamente do jeito que você é”.

“No livro ‘Queer As Folk, The Book’, especializado na série e não lançado no Brasil, um dos atores assumidos do programa, Peter Paige, que interpreta Emmett, cita essa frase comentando que teria sido muito importante para ele, como homem gay, ter ouvido isso num programa de televisão quando ele tinha 15 anos e lutava para se aceitar”, conclui Diego.

O jornalista destaca a diferença entre a difusão desses produtos nos Estados Unidos e no Brasil. “Uma das referências que temos para dizer que a mídia brasileira dá pouca visibilidade favorável ao gay é a do exterior. Nos EUA, por exemplo, os programas de TV, as revistas e a mídia em geral são muito mais abertas ao tema gay do que aqui no Brasil. Houve séries de muito sucesso, como “Dawson’s Creek” e “Melrose Place”, que tinham personagens gays nem um pouco estereotipados, além de séries compostas primordialmente de personagens gays e que dialogavam diretamente com este público”, esclareceu. “Lentamente, esses programas de TV foram mudando a per-

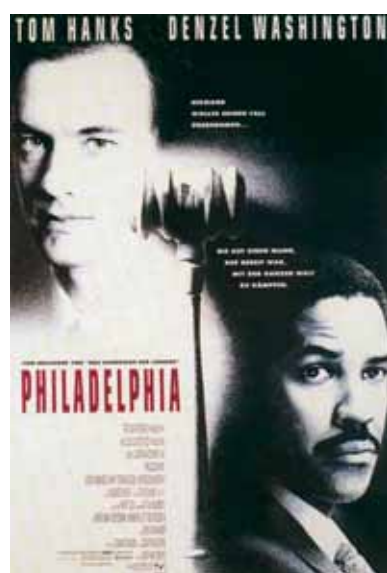
cepção de muitas pessoas. E o movimento gay americano tornou-se muito forte. O cinema do país também incentivou isso. As publicações impressas de Estados Unidos e Europa voltadas aos gays há bastante tempo também são muito bem-recebidas no exterior. Felizmente, o Brasil está se abrindo para este tipo de revista”.

Para Diego, uma das causas dessa “invisibilidade” é “o grande desinteresse da indústria, que acha que não há mercado para investimentos maciços na área”. “Por ou-

tro lado, há a questão do ‘armário’. Muitos gays não se sentem assumidos o suficiente para chegar numa locadora e procurarem determinado filme de temática gay, ou para pararem numa banca de jornal e pedirem por uma revista. E há, claro, o preconceito permeando todo o processo, embora dificilmente este seja assumido. Então, os consumidores vão dizer que a indústria não oferece muitos títulos e a indústria vai devolver dizendo que poucos os procuram. Felizmente, aos poucos esta situação vai melho-

rando, à medida em que mais gays conscientes exigem filmes, livros e séries que reflitam suas realidades”.

Segundo Diego, além da falta de visibilidade, outro problema é a imagem passada pela mídia brasileira do homossexual. “Um dos grandes problemas no Brasil nesse aspecto é a falta do beijo na novela, um beijo que tem que ser sem culpa, sem perseguições, sem neuroses e crises familiares. Um beijo român-



sil?



tico, tranqüilo, de duas pessoas apaixonadas. Não se pode negar a influência que a televisão tem na formação cultural de um povo. O começo de qualquer mudança mais prática no Brasil, que realmente muda a cabeça dos cidadãos, passa pela cultura, pela televisão”.

Além da cultura, Diego também aponta o papel do jornalismo nesse contexto. Novamente, ele usa o exemplo dos Estados Unidos em comparação ao Brasil. “Há muitos pontos de vista envolvidos na cobertura da mídia. Há primeiro a

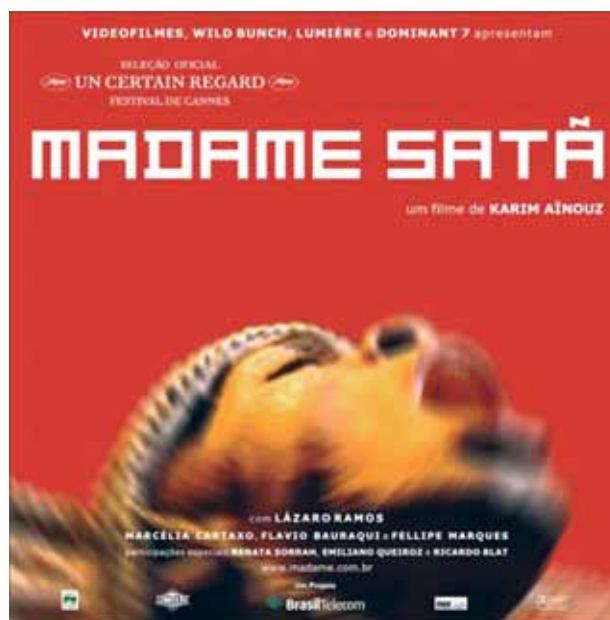
idéia de que nunca houve no Brasil um acontecimento de mobilização nacional em torno da causa gay, como aconteceu em pelo menos em duas ocasiões nos EUA: no levante de Stonewall em 1969 e no assassinato do jovem Matthew Shepard, de 21 anos, espancado e deixado pra morrer preso à uma cerca, como se fosse um espantalho, em 1998. Assim, a população foi começando a ver o gay na sociedade de forma diferente. Aqui, houve o assassinato de um gay de forma similar, um professor da Universidade de Brasília foi espancado e deixado pra morrer amarrado a uma árvore em um parque, mas quase ninguém ficou sabendo, não houve grande cobertura

da imprensa”.

Para o jornalista, outro problema é o preconceito dentro dos próprios veículos. Ele ilustra com um exemplo pessoal: “Uma vez, um editor de cinema alterou a legenda de uma foto que ilustrava minha crítica sobre o filme ‘Os Irmãos Grimm’, com Matt Damon, Heath Ledger e Monica Belucci. Porque eu tinha elogiado no texto a beleza de atriz, ele colocou na legenda da foto dela: ‘Essa cura até gay’. Ele disse que eu tinha que ter espírito esportivo e deixou a legenda lá”.



Diego acredita que uma forma de diminuir o preconceito é exatamente através da mídia e da cultura. “A sociedade tende a colocar o gay como seres ‘inferiores’, ‘aberrações da natureza’ que não merecem viver e ter os direitos mais básicos, como namorar ou casar. Todos são humanos e sangram vermelho. Não há a casta dos escolhidos, nem a dos desprezados”.



Veja alguns filmes e livros de temática LGBT já lançados no Brasil

Filmes:

- **Morte em Veneza** (Luchino Visconti – 1971)
- **Querelle** (Rainer Werner Fassbinder – 1982)
- **A Lei do Desejo** (Pedro Almodóvar – 1987)
- **Filadélfia** (Jonathan Demme – 1993)
- **Priscilla – Rainha do Deserto** (Stephan Elliott – 1994)
- **Para Wong Foo, obrigada por tudo!** (Beeban Kidron – 1995)
- **Saindo do Armário** (Simon Shore – 1998)
- **A Razão do Meu Afeto** (Nicholas Hytner – 1998)
- **Meninos não choram** (Kimberly Pierce – 1999)
- **Amores possíveis** (Sandra Werneck – 2000)
- **O Clube dos Corações Partidos** (Greg Berlanti – 2000)
- **Plata Quemada** (Marcelo Piñeyro – 2000)
- **Um Amor Quase Perfeito** (Ferzan Ozpetek – 2001)
- **Até o Fim** (David Siegel – 2001)
- **Madame Satã** (Karim Aïnouz – 2002)
- **Angels in América** (Mike Nichols – 2003)
- **De-Lovely - Vida e Amores de Cole Porter** (Irwin Winkler – 2004)
- **Um Toque de Rosa** (Ian Iqbal Rachid – 2004)
- **O segredo de Brokeback Mountain** (Ang Lee – 2005)
- **Transamérica** (Duncan Tucker – 2005)
- **Bendito fruto** (Sérgio Goldenberg – 2005)
- **The Bubble** (Eytan Fox – 2006)
- **Baby Love** (Vincent Garenq – 2008)

Livros:

- **E ninguém tinha nada com isso** (Marcelo Garcia)
- **Devassos no Paraíso** (João Silvério Trevisan)
- **O Armário** (Vida e Pensamento do Desejo Proibido) (Fabrício Viana)
- **Toque de Silêncio** – História da Homossexualidade na Marinha Brasileira (Flávio Alves e Sérgio Barcellos)

Entrevista com João Silvério Trevisan

A história do Movimento LGBT

As lutas contra a homofobia e a favor dos direitos civis dos grupos homossexuais tinham pouca ou nenhuma visibilidade até o final dos anos 60. As comunidades gays que existiam até então estavam confinadas a espaços específicos das grandes cidades. Mas esse quadro foi revertido e, atualmente, o movimento LGBT é uma conhecida organização de luta pelo reconhecimento dos direitos civis desse grupo.

O marco inicial da articulação em prol dos direitos dos homossexuais foi o dia 28 de junho de 1969. Nessa noite de sábado, o Stonewall Inn, famoso bar gay de Nova York, foi palco de uma briga entre frequentadores que terminou em violenta ação policial. Uma mulher resistiu à detenção e outras duzentas pessoas à porta do bar iniciaram protestos e gritos de denúncia à violência da polícia. Desde então, o episódio é lembrado como o ponta-pé inicial da mobilização do movimento.

De acordo com João Silvério Trevisan, jornalista, cineasta e militante do Movimento LGBT, as lutas anti-discriminatórias seguintes a Stonewall só foram possíveis graças aos movimentos

contestatórios de maio de 1968, que abriram espaço para “o pluralismo ideológico e novos valores na área comportamental”.

Entretanto, se, no mundo, o cenário era mais favorável à abertura para novos modelos comportamentais e sexuais, no Brasil, a situação era bem diferente. Nessa época, o país vivia o auge da ditadura militar (1964-1985), o que tornava difícil “furar o paredão da censura e da esquerda machista de então”, lembra Trevisan.

Observando a articulação atual do movimento no Brasil, ele acredita que o ativismo LGBT tenha sido relativamente eficaz na luta geral e considera que a recente aprovação de algumas leis anti-discriminatórias reflitam certo avanço. No entanto, também admite que resta muito a ser feito.

Veja abaixo a entrevista completa com João Silvério Trevisan:

O movimento LGBT começou a ganhar corpo, no Brasil, por volta dos anos 70. A que o senhor atribui essa data?

É fundamental apontar como causa imediata a volta dos exilados ainda no período da ditadura militar. Eu mesmo vivi três anos fora do Brasil, entre 1973 e 1976, entre Berkeley (na Califórnia) e México. Em Berkeley, sobretudo, convivi com os nascentes movimentos gay, feminista, anti-racial e ambientalista. Gente como [Fernando] Gabeira e eu voltamos com muitas idéias novas, que no Brasil tinham dificuldade de furar o paredão da censura ditatorial e o paredão ideológico da esquerda machista de então. A partir da cena internacional, a influência mais direta foram as lutas de Stonewall, em junho de 1969.

Do ponto de vista do movimento, o feminismo teve grande importância para os GLBT, pois nos instrumentalizou com um número fantástico de novos conceitos e abordagens crítico-analíticas. No geral, deve-se lembrar, também, que as



Levante de Stonewall, em 1969

próprias lutas anti-discriminatórias de Stonewall surgiram no caldeirão das rebeliões de maio de 1968. Nos Estados Unidos, particularmente, nada disso teria sido possível sem a existência da contra-cultura, que rompeu as barreiras do esquerdismo autoritário existente até então e abriu espaço para o pluralismo ideológico e novos valores na área comportamental.

Em que sentido o movimento gay pode ser considerado “contra-cultura”?

Dois homens ou duas mulheres que se amam precisam tirar do nada novas formas de relacionamento, já que não encontram imagem social na qual se espelhar – pelo contrário, tudo o que vêem são distorções discriminatórias contra o amor homossexual. Em outras palavras, para se assumirem homossexuais as pessoas têm que rever, quotidianamente, a cultura na qual estão imersas. Uma mera transa fora do quadro consagrado e imposto culturalmente já carrega em si mesma a contestação de uma cultura inteira. Não tenho dúvida de que o desejo homossexual é um desejo contra-cultural.

Qual foi o impacto do aparecimento da AIDS sobre o movimento?

Devastador, mas também surpreendentemente positivo. Seus elementos negativos são evidentes: reforçou a homofobia em alto grau e dimi-



A 13ª Parada do Orgulho LGBT do Rio, em 2008

nuiu em muito a auto-estima dos homossexuais. Mas se costuma esquecer que a AIDS teve um efeito colateral tremendamente positivo: ela levou para as primeiras páginas dos jornais a existência de homossexuais concretos (como atores de Hollywood e da TV Globo) e, sobretudo, a vivacidade de uma cultura homossexual. A sociedade foi bombardeada, a contragosto, com informações de que gays existiam, tinham nome e endereço. Quando um médico denunciava que existiam saunas gays promíscuas, estava brandindo uma faca de dois gumes: através dele a população era informada de que homossexuais tinham um estilo de vida próprio, ainda que imposto marginalmente pela sociedade, e eram muito ativos no exercício da sua sexualidade. A AIDS consolidou socialmente a idéia da existência concreta de uma comunidade homossexual. Nesse sen-

tido, acho que dois anos de AIDS podiam equivaler a 10 anos de esforços de visibilidade do movimento pelos direitos homossexuais.

Como o senhor vê o preconceito e a homofobia no Brasil?

Estão vivos e continuam fazendo muito mal. Fico pasmo quando ouço homofóbicos dissimulados dizerem que agora virou moda ser homossexual. Eu os convidaria a darem um passeio de mãos dadas com outro homem. E, mais ainda, a darem um beijo entre dois homens ou duas mulheres. A reprovação generalizada ou até mesmo a violência que certamente iriam sofrer os faria sentir na pele o que é ser homossexual no Brasil. Não por acaso, temos uma parcela extraordinária de práticas “bissexuais” neste país. As aspas são do mesmo tamanho do biombo da hete-

rossexualidade normalmente usada para esconder a prática homossexual dentro de casamentos heteros.

Como o senhor analisa a articulação do movimento de luta anti-homofobia hoje no Brasil?

O GLBT é um movimento que tem sido mais eficaz na luta geral do que cotidiana. As leis antidiscriminatórias estão se impondo. Mas os grupos de ativismo GLBT sempre foram e, acredito, continuarão restritos às classes médias. Com isso, o nível de conhecimento dos direitos e a consciência política são baixos na comunidade homossexual. Felizmente, temos as Paradas do Orgulho GLBT que se multiplicam pelo Brasil. Bem ou mal, é o nosso movimento de massa mais concreto em prol da afirmação do amor homossexual e da visibilidade GLBT.

Diversidade Sexual nas escolas

Recentemente, em uma escola de São Gonçalo (RJ), dois estudantes transgêneros se sentiam acuados em usar os banheiros masculino e feminino por conta da provocação dos demais estudantes; a diretora da escola, em uma tentativa de solucionar o problema, adotou uma saída que está longe do ideal: a partir de então, os estudantes transgêneros passariam a usar o banheiro da diretoria.

A solução paliativa clarifica, na verdade, a grande dificuldade ainda hoje enfrentada pelos docentes das escolares primária e secundária, sejam elas públicas ou privadas, em lidar com a questão da diversidade sexual. A que se pode atribuir isso? À falta de capacitação? Ao preconceito?

De acordo com o estudante do Instituto de Psicologia da UFRJ Luan Cassal, membro do GT Psicologia e Diversidade Sexual do CRP-RJ e colaborador do Projeto de Extensão da UFRJ “Diversidade Sexual na Escola”, pesquisas realizadas em Paradas do Orgulho Gay apontam a escola como o terceiro espaço onde mais se discrimina e/ou agri-

de homossexuais, atrás apenas de amigos e família.

Para o estudante, além do preconceito, há um despreparo de grande parte dos professores para discutir diversidade sexual e de gênero, na medida em que “a sexualidade não aparece como conteúdo de formação dos professores”. “A escola é uma instituição de formação de sujeitos e um espaço onde se podem observar as diferenciações de gênero o tempo todo”, acrescenta.

Luciana Kamel, assessora de projetos da ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS)

– organização não-governamental que atua na luta contra a AIDS e desenvolve projetos em escolas –, concorda com Luan e vê na escola não um “espaço isolado da sociedade”, mas um lugar que “precisa ser visto cada vez mais como um espaço de reflexão, desconstrução e aprendizagem”.

Para exemplificar, ela cita dois projetos que a

ABIA realiza nas escolas: a Companhia de Saúde e o Escola sem Homofobia. O primeiro, direcionado às crianças, consiste na utilização de técnicas circenses e de teatro de rua para informar sobre o

HIV e promover a solidariedade e o respeito às pessoas com AIDS. O segundo, destinado a profissionais de Educação, tem como objetivo mostrar a importância de se discutirem nas escolas as diversas formas de expressão da sexualidade.

Embora admitam a ainda forte presença do preconceito nas escolas, ambos os entrevistados concordam que há mais espaço para discussão. “De alguma forma, esse debate já está presente nos alunos de hoje. Você já encontra na escola grupos de alunos assumidamente homo e bissexuais, que criam espaços próprios de socialização”, diz Luan.

Para Luciana, “desde a década de 70, a escola brasileira vem dando visibilidade para debates e discussões acerca do tema sexualidade no currículo escolar. Atualmente, ela trabalha com o conceito de inclusão de raça, etnia, gênero, orientação sexual, deficiência e prevenção às DST/AIDS”.

No entanto, os dois também ressaltam que ainda resta muito por fazer. “A escola sozinha jamais conseguirá responder a todos os questionamentos que vêm surgindo em torno dos modelos de sexualidade. É importante que os professores se informem e se organizem”, acredita Luciana.

“Acho importante conversar sobre relacionamentos, sexualidade, direitos, orientação, violência e identidades para desconstruir uma série de mitos sobre a sexualidade”, completa Luan.



Adoção por casais homossexuais

Em 2001, quando Cássia Eller morreu, tornou-se pública a batalha judicial travada entre sua companheira, Maria Eugênia, e seu pai, Altair Eller, pela guarda de Chicão, filho da cantora. Após acordo entre as partes, foi concedida a guarda definitiva a Eugênia, com quem Chicão mora até hoje. Outro caso recente que mobilizou a opinião pública brasileira foi a tentativa de adoção de Theodora Rafaela Carvalho da Gama, de cinco anos, por um casal de homens, em Catanduva (SP), cujo desfecho foi a decisão favorável da Justiça, que, pela primeira vez, concedeu a adoção de uma criança a um casal homossexual.

No entanto, enquanto o Judiciário muitas vezes atua de forma progressista, levando em conta principalmente o bem-estar da criança, parcela considerável da opinião pública brasileira se posiciona contra a adoção ou guarda por homossexuais.

Conforme esclarece o conselheiro do CRP-RJ e psicólogo na Vara da Infância, Juventude e Idoso (VIJI) de São Gonçalo, Lindomar Expedito Silva Darós (CRP 05/20112), no Brasil a “legislação em vigência tanto não prevê esse tipo de adoção quanto não a veda expressamente, agindo apenas no sentido de preconizar os requisitos para validar uma adoção”. Assim, as autoridades judiciais têm a possibilidade de conceder ou não a adoção de crianças ou adolescentes para casais homossexuais.

Para Anna Paula Uziel CRP (05/17260), psicóloga e pesquisadora associada ao Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), no entanto, o grande problema se encontra na “bancada conservadora que se mantém no Congresso Nacional”. “O projeto da nova lei de adoção tramita no Congresso Nacional há 13 anos, e a versão original, da então deputada Marta Suplicy, foi omissa em relação à adoção, por solteiros ou casais, e tampouco abordava a questão da guarda”, afirma. Contudo, o substitutivo, que teve por relator o então deputado federal fluminense Roberto Jefferson, veta claramente a possibilidade de adoção por casais do mesmo sexo.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para se adotar uma criança, a pessoa ou casal interessado, em tese, precisa es-

tar previamente habilitado pela VIJI da Comarca onde reside. Depois, se iniciam as tentativas para encontrar o filho desejado. O certificado de habilitação tem validade de um a dois anos, dependendo da Comarca que o emite; caso uma criança não seja adotada dentro desse prazo, faz-se a reabilitação.

Contudo, no intuito de dar mais transparência e celeridade aos processos de adoção no país, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deliberou sobre a implementação do Cadastro Nacional de Adoção, ao qual todas as VIJI do país poderão ter acesso na busca por uma criança ou adolescente apto e família habilitada à adoção. Hoje, a inexistência desse cadastro dificulta uma busca nacional.

O psicólogo no processo de adoção

A atuação do psicólogo é fundamental ao longo de todo o processo de adoção, tanto na fase inicial de habilitação quanto no momento em que a criança ou adolescente já foi encontrado. Lindomar afirma que a função do psicólogo é a de preparação da criança/adolescente para inserção em família substituta e de acompanhamento no estágio de convivência. “O que deve haver”, ressalta, “é um acompanhamento psicossocial, e não um tratamento psicoterápico, que só ocorre se houver real necessidade”.

Anna Paula, por sua vez, sublinha a importância de o olhar do psicólogo ser “independente da orientação sexual do casal requerente” para evitar que se crie “uma conduta específica que afirme que há algo no exercício da parentalidade de gays e lésbicas que necessitaria de maior atenção”.

Apesar disso, muitas outras questões estão implicadas na realização do trabalho desses psicólogos. A principal delas se resume ao preconceito social e de parte do Judiciário em relação à constituição de uma família homoparental.

De acordo com Anna Paula, esse tipo de adoção ainda encontra resistência dentro das instâncias do Judiciário, onde alguns juízes mais conservadores receiam que a criança possa se tornar



homossexual, corra o risco de ser abusada ou tenha seu desenvolvimento psíquico comprometido pelo fato de não conviver com os dois sexos.

Lindomar questiona esse “receio”, alegando que “o próprio argumento nele embutido traz sua refutação”, ao sugerir que ser homossexual seja algo ruim. Também argumenta que qualquer configuração familiar afeta a criança e que, portanto, não “se pode ter uma previsão pontual dos efeitos específicos que atravessam essa criança e nem dos sentidos próprios que ela vai dar a essas afetações”.

Sobre a tese de que um casal homossexual teria dificuldades em legitimar o papel de pai/mãe instituído pela Justiça, causando prejuízos à criança, Anna Paula afirma que “o cruzamento entre orientação sexual, construção de gênero e parentalidade é arbitrário e é preciso desconfiar da necessidade de se indagar sobre a orientação sexual dos pais e mães quando o foco é parentalidade”. Para ela, essa ideia condiz com o imaginário muito presente na sociedade, no qual a saúde mental de uma criança só será garantida pela existência de uma família onde pai e mãe sejam dois papéis distintos.

Lindomar explica que ainda se confunde genética com verdade nas relações parentais. Segundo ele, “pai e mãe são papéis sociais, que se constroem e legitimam na relação. Assim, o trabalho do psicólogo seria colocar em análise a cristalização dos papéis, o que tende a transformar realidades, no caso específico, os papéis sociais de pais, mães e filhos”.

A homofobia e a cultura da intolerância



Sergio Gomes da Silva*

A notícia do número de assassinatos de homossexuais em 2007 divulgados em abril deste ano pelo Jornal Folha de São Paulo, através de levantamento do Grupo Gay da

Bahia (GGB), chamou a atenção para um fato que se tornou uma das principais reivindicações por parte do movimento homossexual no Brasil e por militantes dos Direitos Humanos desde então: o combate à homofobia e à violência, preconceito e discriminação de gays e lésbicas no cenário nacional.

Como entender o preconceito e o ódio irracional contra homens e mulheres com determinadas características desejantes? Por que nossa sociedade, apesar dos avanços culturais e jurídicos em prol da cidadania homoerótica, ainda fomenta uma cultura da intolerância?

Quando a crença de uma anormalidade e uma patologia foi colada à figura do homossexual já no final do século XVIII (...); quando o sentido de uma perversão poderia estar presente na constituição da sexualidade de um indivíduo, tornando-o passível de tratamento e cura; quando passamos a dividir normativamente os sujeitos em espécies sexuais - hetero, homo e bissexuais; e quando a identidade passou a ser definidora da sua sexualidade, é possível compreender o porquê de tanta violência, intolerância, preconceito e discriminação contra a figura dos homossexuais, dos travestis ou de lésbicas, fazendo a irracionalidade da homofobia beirar a insensatez.

Por que, então, referendar a morte de determinadas pessoas a partir de suas identidades sexuais? Resposta simples: porque em nome do ódio e da intolerância contra esses indivíduos, mata-se! (...) Na mentalidade arcaica de determinados grupos, a idéia de uma normatividade

sexual é motivo mais do que suficiente para, por exemplo, os altos índices de violência contra esse grupo divulgados na mídia. (...)

Se o horror do nazismo foi derrotado e posto abaixo juntamente com a intolerância, por que esta última assumiu novos contornos na atualidade? De que modo ela se cristalizou nas mentes de determinados grupos, cuja violência se tornou mote de toda a sorte de atitudes de preconceito e discriminação contra o minimamente diferente?

Os homossexuais ainda hoje se encontram entre os grupos de maior vulnerabilidade à violência. Não há, inclusive, nenhuma representatividade através de mecanismos jurídicos nacionais ou internacionais que protejam os Direitos Humanos desses indivíduos. (...)

Segundo o Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos, divulgado em 2005, 157 homossexuais foram barbaramente assassinados no Brasil em 2004, dos quais 119 eram gays, três eram lésbicas e 35 eram travestis ou transexuais, sendo a Região Nordeste e a Região Sudeste líderes no índice de assassinatos no país, quando tomado o período compreendido entre 2003-2005. E certamente estes dados tendem a estar sub-notificados, se levarmos em conta os casos de discriminação direta ou indireta tais como ameaça, tortura, roubo, extorsão ou ataques contra homossexuais.

A cultura da intolerância, portanto, forja a cultura da violência e por esta é sustentada. É certo que a violência está presente em qualquer forma de organização social e, por isso mesmo, os governos precisam legitimar medidas que coíbam o uso indiscriminado da violência contra os cidadãos. Por isso, é preciso que elevemos ao máximo o projeto de uma sociedade mais solidária, menos exclusiva e mais igualitária, ao menos no tocante aos direitos civis.

Porém, quando penso em igualdade, de fato, não penso em uma sociedade cuja igualdade seja uma verdade absoluta entre os seus membros, pois se assim o fosse, estaríamos conformando

uma nova modalidade de sistema totalitário. (...) Quando penso em igualdade, penso juntamente com o psicanalista Benilton Bezerra Júnior, em um sistema que funcione como “ideal regulador, como horizonte político que estimula e legitima a redução progressiva das desigualdades injustas e da intolerância”. (...)

Para atingir este universo é necessário um trabalho contínuo dos movimentos sociais na denúncia de crimes e violações dos Direitos Humanos,

assim como têm feito alguns movimentos de grande representatividade no cenário nacional. Mas também é preciso que haja uma organização por parte da sociedade civil na cobrança de atitudes de nossos governantes, na criação de medidas de mitigação contra a violência, desde aquela que sustenta o vício das elites até aquelas que atentam contra a integridade do cidadão comum.

Para tanto, é preciso combater a violência contra os homossexuais, levando a cabo as recomendações postuladas pelo Relatório Anual do Centro de Justiça Global de 2005: a) a vigilância constante do sistema de justiça criminal, que deve estar apto para apurar e punir violações de Direitos Humanos contra gays e lésbicas; b) a aprovação da Lei que reconhece a União Civil entre pessoas do mesmo sexo; c) a implementação efetiva das medidas sobre orientação sexual já adicionadas ao II Plano Nacional de Direitos Humanos - o PNDH II; e d) que organizações governamentais e não governamentais de Direitos Humanos que trabalham com mecanismos jurídicos e tratados internacionais criem precedentes na jurisprudência internacional, no sentido de reconhecer e garantir os direitos sexuais de todos aqueles que têm sofrido as agruras de pertencer a uma sexualidade que vem sendo mote de toda a sorte de intolerância.

Para tanto, é preciso combater a violência contra os homossexuais, levando a cabo as recomendações postuladas pelo Relatório Anual do Centro de Justiça Global de 2005: a) a vigilância constante do sistema de justiça criminal, que deve estar apto para apurar e punir violações de Direitos Humanos contra gays e lésbicas; b) a aprovação da Lei que reconhece a União Civil entre pessoas do mesmo sexo; c) a implementação efetiva das medidas sobre orientação sexual já adicionadas ao II Plano Nacional de Direitos Humanos - o PNDH II; e d) que organizações governamentais e não governamentais de Direitos Humanos que trabalham com mecanismos jurídicos e tratados internacionais criem precedentes na jurisprudência internacional, no sentido de reconhecer e garantir os direitos sexuais de todos aqueles que têm sofrido as agruras de pertencer a uma sexualidade que vem sendo mote de toda a sorte de intolerância.

** Psicanalista em formação pelo Circulo Brasileiro de Psicanálise-RJ; mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ); especialista em Direitos Humanos pela UFPB; especialista em Sexualidade Humana pelo Centro de Educação/UFPB).*

Prestação de contas de 2008

De acordo com o princípio da transparência na gestão, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro apresenta o Demonstrativo de Resultados de 2008. Esta demonstração propicia informar, sinteticamente, o resultado das contribuições e suas aplicações no decorrer do período.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DE JAN a SET 2008	
Receitas	
Receitas de Contribuição	4.250.547
Receitas de Contribuições de anos anteriores	875.322
Receitas Patrimoniais	342.980
Receitas de Serviços	83.458
Outras Receitas	235.783
Total das Receitas Brutas	5.788.090
Transferências (-)	
Conselho Federal de Psicologia	1.390.881
Total das Receitas Líquidas	4.397.209
Despesas (-)	
Pessoal e Obrigações Patronais	1.278.121
Jeton, Diárias e Ajudas de Custo	242.755
Materiais de Consumo	22.908
Energia elétrica, Telefonia, Postagem e Água	285.360
Manutenção de Bens Móveis e Imóveis	29.135
Impressão Gráfica	80.323
Transporte e Hospedagem	62.315
Congressos, Fóruns e Eventos	71.035
Serviços de Assessoria	128.787
Terceirização	288.935
Seguros, Condomínio e Locação	18.730
Impostos, Taxas e Tarifas Bancárias	94.604
Total das Despesas de Operações	2.603.008
Investimentos (-)	
Programas de Informática	0
Máquinas, Motores e Equipamentos	1.804
Mobiliário em Geral	3.823
Equipamentos de Informática	0
Total dos Investimentos	5.627
Roner Tavares	Marília Álvares Lessa
Contador CRC/RJ-097613/O-8	Conselheira-tesoureira (CRP 05/1773)
<i>* Esta demonstração de receitas e despesas é uma adaptação do Balanço Financeiro exigido pela Lei 4.320/64</i>	

Assembléia Orçamentária aprova anuidade e taxas de serviços para 2009

Ocorreu, em 19 de setembro, na sede do CRP-RJ, a Assembléia Orçamentária de 2008, evento anual que teve como objetivo aprovar o valor da anuidade e o Orçamento para o ano de 2009. Na ocasião, também foram expostas as receitas e as despesas relativas a 2007.

O valor da anuidade para 2009 foi, então, definido em R\$ 276,07 para pessoas físicas e R\$ 345,51 para pessoas jurídicas. O pagamento de cota única até o dia 31 de janeiro dá ao psicólogo 10% de desconto, enquanto o pagamento até o dia 28 de fevereiro dá desconto de 5%. A anuidade também pode ser parcelada em três vezes.

Também foram decididos os valores das diversas taxas e emolumentos. A inscrição de pessoa física será R\$ 54,48 e de pessoa jurídica, R\$ 205,10. A segunda via da carteira custará R\$ 10,90, que representa o valor mínimo estabelecido pela Assembléia das Políticas da Administração e das Finanças.

A Assembléia Orçamentária, vale ressaltar, é aberta à participação de todos os profissionais de Psicologia.

Assembléia Geral Extraordinária

O Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região convoca os psicólogos inscritos no Rio de Janeiro e que estejam em pleno gozo de seus direitos a participarem, no dia 18 de novembro de 2008, da Assembléia Geral Extraordinária para Compra e Venda de Imóveis.

A Assembléia será no Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário, na Travessa do Passo, 23, 13º, Centro, Rio de Janeiro. A primeira convocação se dará às 18h30 e a segunda, às 19h. A pauta incluirá a venda do imóvel onde funciona a sede (Tijuca) e o imóvel de Botafogo, além da aquisição de novo imóvel para sede.

Participe!

O uso público de espaços públicos

José Novaes*

Em dezembro de 2005, em matéria intitulada “Passagem do Ano”, no número 8 – ano 2 de nosso jornal, abordávamos a situação do uso de nossos espaços públicos para fins particulares a pedido de entidades ou grupos privados. Dizíamos: “O Conselho vem sendo solicitado a ceder seus espaços para estes fins: eventos de associações ou grupos de estudos, reuniões diversas, até mesmo cursos pagos. A resposta a tais demandas tem sido negativa; informamos, no entanto, que o Plenário do Conselho estuda estes pedidos, com a perspectiva de estabelecer critérios e indicativos pelos quais possa respondê-los” (Jornal do CRP-RJ – ano 2, nº 8, dezembro de 2005, p. 12).

Podemos, agora, definir minimamente alguns critérios essenciais para analisar os pedidos e fundamentar nossas respostas. No mesmo número de nosso jornal acima citado, esclarecíamos: “A condição geral para a construção destes critérios e indicativos (...) [é que] o CRP-05 é um órgão público federal, uma autarquia especial; não é uma entidade particular, privada, de livre associação, não é sindicato de classe para defender os interesses – trabalhistas, legais etc. – de quem a ele se associa” (idem, p. 12). No entanto, lembrávamos

também que “uma das orientações políticas de nossa gestão é reativar os contatos e as aproximações com a categoria, que estavam profundamente esgarçados, tendo sido prejudicados especialmente pela crise em que mergulhou o Conselho, agravada durante pelo menos dois anos, 2001 e 2002 (...) Seria oportuno lembrar que gestões anteriores usavam os espaços do Conselho, órgão público, de forma inadequada, demagógica, clientelista, ensejando um uso particular e privado, de grupos e interesses específicos, de espaços que devem ser públicos” (idem, pp. 12 e 13).

Tendo em vista o princípio básico acima citado, estabelecemos:

- 1) Prioridade para eventos públicos, de órgãos públicos, em primeiro lugar do próprio CRP-05. Após atendermos nossas necessidades, consideraremos o pedido de outros Conselhos Profissionais ou de outros órgãos públicos, ligados à Psicologia ou não, e sempre dependendo de uma solicitação a ser feita em tempo hábil, a fim de podermos organizar nossa agenda sem atropelos.
- 2) Não cederemos nossos espaços para eventos pagos, sob qualquer forma: mensalidades, taxas de matrícula ou de materiais distribuídos.
- 3) Deve-se fazer uma distinção entre os espaços do Conselho. Na sede, estamos com uma taxa de

ocupação bastante elevada na medida do uso dos espaços por nossos eventos próprios (reuniões de entrega de carteiras a novos inscritos, eventos diversos e reuniões das Comissões, reuniões plenárias etc.). Nas sub-sedes, ocorre o contrário: elas estão ainda subutilizadas; há, portanto, maior disponibilidade para uso de seus espaços. Algumas condições podem ser colocadas: uma delas é que o uso dos espaços nas sub-sedes seja feito em horário de funcionamento das mesmas, das 9h às 18h, em dias úteis.

Está claro, portanto, que não estamos negando o uso de nossos espaços por associações, instituições e grupos privados de psicólogos, desde que os critérios acima sejam obedecidos. Além disso, privilegiaremos aqueles que não disponham de meios próprios financeiros ou materiais – como os próprios espaços que necessitam – para atender a suas necessidades.

Assim, estamos concretizando, com esta prática, um princípio consubstanciado no compromisso de acolher a categoria profissional dos(as) psicólogos(as) do Rio de Janeiro, em sua diversidade de idéias e práticas, de apoiá-la e ajudá-la a construir a Psicologia, a desenvolvê-la enquanto ciência e enquanto profissão.

** Conselheiro-presidente do CRP-RJ (CRP 05/980)*

Psicologia na luta pela democratização da Comunicação

O Dia Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação (17 de outubro), foi lembrado de forma otimista pelas mais de 30 entidades da sociedade civil – entre elas, o Sistema Conselhos de Psicologia – mobilizadas pela convocação da I Conferência Nacional de Comunicação.

O Movimento Pró-Conferência, atuante desde junho de 2007, pretende pressionar o poder Executivo federal a convocar a Conferência para discutir os critérios adotados para a renovação das concessões de rádio e TV, a importância de um novo modelo regulatório para as comunicações e novas diretrizes para orientar as políticas públicas dessa área.

A psicóloga e conselheira do CRP-RJ Noeli Almeida Godoy de Oliveira (CRP 05/24995) res-

salta que o movimento pretende fazer da Comunicação um espaço democrático de debates e reflexões sobre as políticas públicas. Outro grande objetivo é diversificar os conteúdos produzidos e também os agentes produtores de conteúdo.

De acordo com Noeli, a idéia é consolidar, dentro da grande mídia, novos espaços criativos bem como novas aberturas à participação popular na comunicação.

Mas, por que a articulação ativa de profissionais de Psicologia e do Sistema Conselhos a favor da democratização da Comunicação? Para a representante do CRP-RJ, a Psi-



ciologia tem muito a contribuir nessa discussão por abranger um saber de interface com a Comunicação. “Além disso”, complementa, “as pessoas que atendemos e encontramos em nossos espaços de trabalho são atravessadas pelos modos de vida que a mídia veicula e vende”.

Nessa perspectiva, o grau de envolvimento do Sistema Conselhos de Psicologia tem sido intenso. Em agosto, o CFP elaborou um ofício que prevê o repasse de verbas a CRPs de pequeno a médio porte

interessados na produção de projetos relacionados à Comunicação.

Novembro 2008

• III Seminário de Pesquisa do IMS

Saúde Coletiva e SUS: 20 anos de engajamento

De 3 a 5 de novembro de 2008

Local: Instituto de Medicina Social da UERJ - Rua São Francisco Xavier, 524, pavilhão João Lyra Filho, 7º, bloco E, Maracanã, Rio de Janeiro

• Fórum de Ética - Os lugares do psicólogo e da Psicologia

Laudos, uma ferramenta de intervenção?

Dia 4 de novembro - 9h

Local: Auditório da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) - Avenida Erasmo Braga, 115, Centro, Rio de Janeiro

• Psicoterapia em Debate

2009 - Ano Temático da Psicoterapia no Sistema Conselhos de Psicologia

Dia 8 de novembro - 9h

Local: Auditório do CRP-RJ - Rua Delgado de Carvalho, 53, Tijuca, Rio de Janeiro

• Seminário Pró-Conferência Nacional de Comunicação

Dia 8 de novembro - 9h

Local: Clube de Engenharia - Av. Rio Branco, 124, Centro, Rio de Janeiro

• II Seminário Nacional sobre o Sistema Prisional

Questionamento ao Modelo e Desafio aos Direitos Humanos

De 12 a 14 de novembro de 2008

Local: Instituto Metodista Bennet - Rua Marquês de Abrantes, 55, Flamengo, Rio de Janeiro

Informações: (61) 2109-0101

Inscrições: www.pol.org.br

• Assembléia Geral Extraordinária

Dia 18 de novembro de 2008

Primeira convocação: 18h30

Segunda convocação: 19h

Local: Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário - Travessa do Passo, 23, 13º, Centro, Rio de Janeiro

• I Congresso Brasileiro para o Enfrentamento das Violências Sexuais contra Crianças e Adolescentes

De 25 a 28 de novembro

Local: UERJ - Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã, Rio de Janeiro

Informações: (21) 2225-7578

• Seminário 5.766

Debate sobre as mudanças na Lei 5.766/71

Dia 27 de novembro - 18h

Local: Auditório do CRP-RJ - Rua Delgado de Carvalho, 53, Tijuca, Rio de Janeiro

• Seminário Regional da Educação

Dia 29 de novembro

Local: Auditório do Bloco O da UFF - Rua Visconde do Rio Branco, s/n, Gragoatá, Niterói

Inscrições pelo e-mail informe@crprj.org.br

Dezembro 2008

• I Congresso Brasileiro de Saúde Mental

Perspectivas em Saúde Mental: Diversidade e Aproximações

De 03 a 05 de dezembro de 2008

Local: Florianópolis - SC

Informações e inscrições:

www.congressodesaudemental.ufsc.br

• IV Seminário Regional de Direitos Humanos

Judicialização da Vida

Dias 11 e 12 de dezembro

Local: Auditório Paulo Freire da UNIRIO - Av. Pasteur 458, Urca, Rio de Janeiro

Inscrições gratuitas pelo site www.crprj.org.br, a partir de 15 de novembro

Para ver mais informações sobre os eventos, acesse o site www.crprj.org.br

Eventos do CRP-RJ discutem violência de Estado e Adoção

A Comissão de Orientação e Ética (COE) do CRP-RJ realizou, no dia 1º de outubro, a segunda edição de 2008 da Quart'ética, com tema *Adoção: uma medida de proteção à criança e ao ado-*



Trocando em Miúdos

lescente? Estiveram presentes Lygia Ayres (CRP 05/1832), coordenadora da COE do CRP-RJ; José Eduardo Menescal Saraiva (CRP 05/23758), psicólogo da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca da Capital-RJ, e as coordenadoras do grupo Café com Adoção, Patrícia Pinho (CRP 05/20045) e Solange Diuana (CRP 05/25308).

Já a Comissão Regional de Direitos Humanos foi responsável pela terceira edição do *Trocando em Miúdos* do ano, com o tema "A violência de Estado e a criminalização da pobreza", em 11 de setembro.



Quart'ética

O evento teve a participação da psicóloga Luciana Knijnik (CRP 05/33458), membro do Grupo Tortura Nunca Mais, Marilene Lima Souza e Patrícia Oliveira da Silva, ambas da Rede Comunicações e Movimentos contra a Violência, e Valdean, do projeto fotográfico Imagens do Povo.

Concurso para Título de Especialista

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizará, em dezembro, o IV Concurso para Concessão do Título de Especialista. Onze especialidades serão oferecidas: Psicologia Clínica, do Esporte, do Trânsito, Escolar e Educacional, Jurídica, Organizacional e do Trabalho, Psicomotricidade, Psicopedagogia, Social, Neuropsicologia e Hospitalar. No caso da última, a prova acontecerá somente em 2009, durante o Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar.

O concurso tem sido promovido bienalmente pelo CFP. Aqueles que forem aprovados deverão comprovar atividade profissional na área pretendida pelo período mínimo de dois anos para ter a inscrição do Título de Especialista incluída na carteira profissional.

Ao criar o Título em 2000, o CFP deu um prazo de 270 dias para que os psicólogos com mais de 5 anos de prática solicitassem-no junto ao Conselho, caso tivessem interesse. Atualmente, para obtê-lo, é preciso fazer ou um curso de especialização em uma instituição credenciada ou

a prova do CFP, sendo necessários, ainda, pelo menos dois anos de inscrição no Conselho. O Título, no entanto, não é obrigatório na prática psicológica, ou seja, quem não o possuir não está impedido de trabalhar como psicólogo.

Para Maria da Conceição Nascimento (CRP 05/26929), presidente da Comissão de Análise para Concessão do Registro de Título de Especialista (CATE) do CRP-RJ, as especialidades em Psicologia atendem a uma demanda crescente do mercado. “Hoje, mais do que nunca, busca-se o aperfeiçoamento do profissional em áreas específicas, e isto não é de todo ruim, porém há uma tendência de se perder a visão do ser humano de forma integral”, afirma.

Conceição teme que “o enfraquecimento da formação generalista dos psicólogos” submeta os profissionais em Psicologia a uma especialização baseada em um “modelo médico, fragmentado”.

Para debater com a categoria estas e outras questões sobre a titulação, a CATE promoverá, em 2009, o II Fórum de Debates sobre o Título de Especialista.

Coletivo de Estudantes

O CRP-RJ iniciou em julho as reuniões do Fórum de Estudantes, com a participação de interessados em pensar a construção de um espaço de trabalho dos estudantes no CRP. Na reunião de 6 de outubro, levantou-se a possibilidade da organização de um GT para conduzir a proposta. A efetivação deste projeto depende da sua presença! Interessados podem escrever para coletivodeestudante@crprj.org.br.

GT de Psicologia do Esporte

O CRP-RJ aprovou, na Reunião Plenária de setembro, a criação do GT de Psicologia do Esporte, que será coordenado pelo conselheiro José Henrique Lobato Vianna (CRP05/18767).

O principal objetivo é promover conhecimento sobre psicólogos atuantes na área do esporte e atividade física, com o intuito de verificar suas demandas e ampliar suas possibilidades de intervenção junto à sociedade. Para isso, estão previstas várias ações, como eventos interdisciplinares, discussões sobre políticas públicas, intercâmbio com meios de comunicação, etc.

Informes das comissões

Comissão de Saúde

1. Realizamos enquetes com psicólogos e operadoras de saúde sobre a inserção do psicólogo na saúde suplementar. Convidamos todos a participarem das discussões sobre o tema. Informações: saudesuplementar@crprj.org.br.

2. Continuamos realizando as Oficinas Itinerantes “Apropriação em Saúde”. Psicólogos interessados em fazer uma discussão na sua região podem entrar em contato: comsaude@crprj.org.br.

CREPOP

O CREPOP está em seu 4º ciclo/2008 e convida os psicólogos que trabalham em Atenção Básica a responderem ao questionário online, em <http://crepop.pol.org.br>. O ciclo também inclui encontros presenciais nos CRPs. No CRP-RJ, essa reunião ocorreu em 17 de setembro.

Comissão de Ética

1. A COE empenha-se em garantir a agilidade processual, o respeito ao cidadão que apresenta

denúncia e a ampla defesa dos psicólogos. Estão sendo realizadas 104 instruções de representações e processos éticos, distribuídos em três comissões de instrução. Foram realizados em 2008 sete julgamentos de processos disciplinares éticos.

2. Foram organizados pré-eventos para o Fórum de Ética, que será em 4 de novembro. A COE esteve no Rio, Niterói, Petrópolis, Campos, Nova Iguaçu, Angra e Resende com oficinas.

Comissão de Direitos Humanos

No dia 10 de dezembro, celebramos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em consonância com a data e com o foco do XII Plenário nos DH, realizaremos o IV Seminário Regional de Direitos Humanos, com o tema *Judicialização da Vida*.

Coordenadoria Técnica

Com apoio da COTEC do CRP-RJ, os psicólogos da Secretaria Municipal de Educação de Campos tiveram suas reivindicações junto ao órgão atendidas. Eles demandavam alteração do Regimento

Interno da Secretaria no que se refere à descrição de cargos de psicólogo e de psicólogo com especialização em Psicopedagogia.

Psicologia e Justiça

Algumas comissões do CRP-RJ, incluindo a de Justiça, vêm realizando visitas a Conselhos Tutelares através do GT Rede de Proteção à Infância. O objetivo é se aproximar e entender a atuação dos psicólogos da área. Em dezembro, o mapeamento da Baixada Fluminense será encerrado com um evento em Nova Iguaçu. Ocorrerão ainda visitas a outras regiões.

Comissão de Educação

O ano de 2008 foi estabelecido pelo Sistema Conselhos como o Ano da Educação. O projeto consiste em uma etapa regional, com pré-eventos e um seminário, e uma nacional, na qual serão apresentadas propostas dos regionais. A Comissão de Educação do CRP-RJ fez pré-eventos em Niterói, Petrópolis, Campos, Nova Iguaçu e Resende. O Seminário Regional será em novembro (veja agenda).

CRP-RJ comemora o Dia do Psicólogo

O CRP-RJ comemorou o Dia do Psicólogo, em 27 de agosto, com o evento CRP de Portas Abertas. Durante todo o dia, psicólogos e estudantes tiveram a oportunidade de participar de mesas redondas, oficinas e debates.

Dando início às atividades, o conselheiro-presidente do CRP-RJ, José Novaes (CRP 05/980), a conselheira Ana Lúcia Furtado (CRP 05/465), membro da Comissão de Saúde, e a conselheira Francisca Alves (CRP 05/18453), coordenadora da Comissão de Educação, participaram da mesa de abertura, mediada pela conselheira Rosilene Cerqueira (CRP 05/10564).

Em seguida, houve duas atividades simultâneas: a oficina “Desfazendo fronteiras no mundo psi”, da Comissão para Avaliação do Título de Especialista (CATE), e um cine-debate baseado no filme O Profeta das Águas.

Na parte da tarde, os presentes assistiram à mesa redonda “Problematizando nossas práticas”, com as psicólogas Esther Arantes (CRP 05/3192), colaboradora da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-



Grupo Os Nômades

assistente técnica da Comissão de Orientação e Fiscalização; e Roseli Goffman (CRP 05/2499), conselheira do Conselho Federal de Psicologia. O dia foi encerrado com a apresentação do grupo de teatro “Os nômades”.

O CRP-RJ também participou de diversos eventos em outras instituições, representado por seus conselheiros e colaboradores. Foram realizadas palestras, oficinas e outras atividades na Universidade Católica de Petrópolis, na Universidade Severino Sombra (Vassouras), na Universidade Estácio de Sá, no Hospital Geral de Bonsucesso, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Seropédica), no Centro Universitário Celso Lisboa, na Universidade Federal de Santa Catarina, na Faculdade São Francisco de Barreiras (Bahia) e no Procordis (Niterói).



Vídeo-debate

RJ; Lygia Santa Maria Ayres (CRP 05/1832), conselheira coordenadora da Comissão de Ética; Noeli Godoy (CRP 05/24995), conselheira; Anne Meller (CRP 05/27198),



Mesa de abertura

☐ MUDOU-SE
☐ DESCONHECIDO
☐ RECUSADO
☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE
☐ NÃO EXISTE O Nº INDICADO
☐ INFORMAÇÃO ESCRITA PELO
☐ PORTEIRO OU SÍNDICO
☐ FALECIDO
☐ AUSENTE
☐ NÃO PROCURADO

REINTEGRADO AO SERVIÇO
POSTAL EM ____/____/____

EM ____/____/____
CARTEIRO

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 5ª REGIÃO
RUA DELGADO DE CARVALHO,53 TIJUCA
RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20260-280



Impresso
Especial
9912174124/2007-DR/RJ
CRP - 5ª REGIÃO
...CORREIOS...